

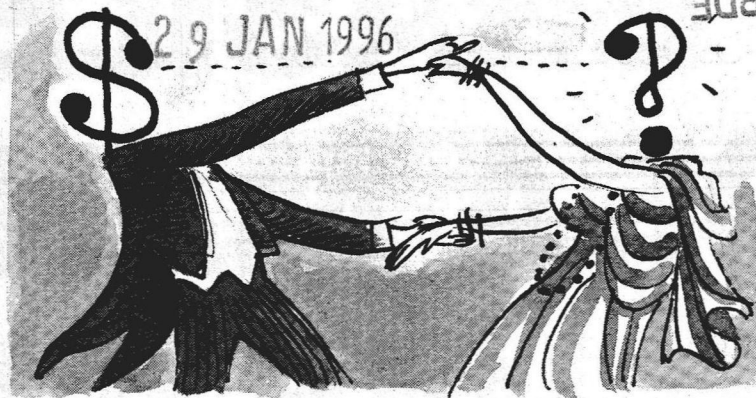
A dança das expectativas

PAULO R. HADDAD

O Plano Real, como programa de estabilização bem-sucedido, viverá, neste primeiro semestre de 1996, um clima de profundas expectativas recorrentes. Há, pelo menos, três destas expectativas que poderão afetar, de forma decisiva, o futuro do plano: o financiamento do setor agrícola; alterações na política cambial; e o ajuste fiscal e financeiro do conjunto do setor público brasileiro.

Os equívocos e as tensões que ocorreram nas relações do governo federal com o setor agrícola, no ano passado, somente não irão comprometer o bom desempenho das taxas de inflação neste ano porque ainda é expressivo o volume de estoques de alimentos na economia e, também, porque existem disponibilidades de reservas cambiais compatíveis com as importações de grãos necessárias para equilibrar o abastecimento ao longo dos próximos meses. Sabe-se, entretanto, que, nas economias de mercado, tem sido prática comum, na maioria dos países, tratar o setor agrícola de forma diferenciada em termos de financiamento, de garantia de renda, de provisão de infra-estrutura especializada, etc. Enquanto o Brasil soube lidar com este tratamento preferencial foi decisivo o papel da agricultura para o crescimento geral da economia e, principalmente, para atuar como âncora do processo inflacionário.

Não há problemas de finan-



É PRECISO REGISTRAR QUE
O ANO DE 1996 SE INICIA COM UMA
NOVA CRISE FISCAL EM ANDAMENTO. É
UMA CRISE NOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO

ciamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamento dentro das perspectivas que já se colocam para 1996: superávit previsto na balança comercial; nenhum sobressalto nos mercados financeiros internacionais; juros internacionais com tendência de estabilidade ou de queda, etc. Há, contudo, que se tomar consciência de dois problemas em relação ao câmbio. Se, por um lado, um câmbio valorizado permite contrabalançar movimentos altistas de preços dos bens e serviços domésticos assim como permite induzir ganhos de produtividade na indústria nacional para se manter competitiva no mercado, por outro lado, há que se esperar um desempenho menos notável das exportações como fonte de crescimento da eco-

nomia brasileira, enquanto o câmbio tiver de suportar, sozinho, as consequências macroeconômicas dos desequilíbrios fiscais no País.

Finalmente, é preciso registrar que o ano de 1996 se inicia com uma nova crise fiscal em andamento. É uma crise generalizada nos três níveis de governo, mas especialmente nas administrações estaduais. A intensa e brusca redução das taxas mensais de inflação, a partir de julho de 1994, colocou a nu a situação das finanças públicas estaduais e eliminou os mecanismos que os Estados vinham utilizando para equilibrar as suas contas, durante o regime de alta inflação. De um lado, ampliavam as suas receitas por meio de ganhos financeiros generosos com aplicação dos seus saldos

de caixa; do outro lado, praticavam a repressão fiscal de suas despesas, contingenciando as cotas orçamentárias, atrasando as correções dos salários dos servidores, reduzindo as liberações na boca do caixa dos Tesouros estaduais. Com a estabilidade, os déficits potenciais vieram à tona e as administrações estaduais já não encontram a complacência do governo federal para garantir condições para que materializem as suas necessidades de financiamento, particularmente por meio dos seus bancos oficiais.

O nó górdio a ser desatado, para reverter qualquer expectativa menos favorável em relação a estes macroproblemas, está num desenlace positivo em relação às reformas institucionais que afetam mais diretamente a aritmética simples das contas públicas (a reforma administrativa, a reforma tributária e a reforma da Previdência oficial), uma vez que, em última instância, o sucesso do Plano Real dependerá de todos nós percebermos e esperarmos que estas reformas venham a eliminar, de maneira estruturalmente consistente, os déficits potenciais do setor público brasileiro.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
é economista e
ex-ministro da
Fazenda e
Planejamento

